

**O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
E A GESTÃO DESCENTRALIZADA DOS PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO
ESCOLAR: estudo comparado sobre os centros colaboradores das Regiões
Centro-Oeste e Norte**

Ma. Beatriz Miranda Gomes – UnB: beatrizgomespesquisa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar os resultados alcançados no âmbito da pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). A investigação sobre a gestão descentralizada dos programas educacionais de manutenção escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) deu-se a partir do regime de parceria estabelecido entre esta autarquia e os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPEs), fundados e vinculados às Universidades Federais, com a função de promover o aprimoramento da execução e desempenho dos programas.

A pesquisa examinou a atuação dos CECAMPEs nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do eixo da assistência técnica. Para este propósito, foram analisados comparativamente os CECAMPEs referentes às Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil durante o período de 2020 a 2022. Dessa forma, buscou-se compreender como a parceria proposta pelo FNDE se desenvolveu, bem como o papel dos CECAMPEs perante a finalidade de apoiar a execução e desempenho da gestão descentralizada dos programas educacionais, sendo eles: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Básico e suas Ações Integradas, o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

O estudo considerou o processo de configuração das políticas e do financiamento da educação brasileira em seus avanços e entraves no direcionamento e descentralização de recursos à educação básica. Sua metodologia está fundamentada na perspectiva comparada em educação e contou com a pesquisa bibliográfica por meio do levantamento de títulos e revisão da literatura, seguida de pesquisa documental relacionada à temática.

DESENVOLVIMENTO

No primeiro capítulo, os esforços foram centrados na estruturação de uma síntese dos aspectos importantes identificados na revisão da literatura para constituição das políticas públicas de educação do Brasil, a fim de localizar a atual política educacional e seu financiamento. Sendo assim, o capítulo organizou as seguintes discussões: a) Os Antecedentes Históricos das Políticas Públicas Educacionais no Brasil; b) Redemocratização: A Educação na Constituição Federal de 1988; e c) O Direcionamento das Políticas Educacionais a partir de 1990.

Dessa forma, demonstrou-se a trajetória política da indefinição de recursos para uma política de vinculação de recursos, seguida de uma política de fundos restrita para uma política de fundos abrangente a toda a educação básica. Da mesma forma, foi demonstrada a complexidade dos processos que envolvem a educação e a oscilação das políticas educacionais, que remetem a uma aparente dinâmica de circularidade, as quais envolvem tanto o campo da disputa quanto o da coerção.

O segundo capítulo apresentou a constituição dos Programas Educacionais de Manutenção Escolar e os respectivos elementos que os fundam e regem. Num primeiro momento, abordou-se os aspectos do federalismo e da descentralização no âmbito da legislação e das ações do governo federal. Esse debate foi direcionado para compreensão da atual política de financiamento no setor educacional, com vistas a verificar o desenvolvimento da descentralização de recursos para educação básica e suas formas de expressão. Na segunda parte, a discussão encarregou-se em caracterizar as prerrogativas e responsabilidades de execução dos recursos descentralizados da União para educação básica, tendo como centralidade o papel FNDE.

O terceiro capítulo se dedicou à análise comparada entre CECAMPE-Norte e CECAMPE Centro-Oeste. Desse modo, primeiramente realizou-se a análise da proposta do FNDE de constituição e atuação dos CECAMPEs ao considerar dois documentos: a) o Termo de Execução Descentralizada (TED), o qual vincula-se os planos de trabalho; e b) o Guia de Atuação do CECAMPEs. Posteriormente submeteu-se à análise os planos de trabalho do CECAMPEs em estudo e as respectivas avaliações situacionais dos Programas de Manutenção Escolar nas regiões. A análise considerou a discussão e os dados identificados nos relatórios entregues no âmbito do regime de parceria.

Sendo assim, foi possível compreender que os programas apresentados no âmbito da manutenção e desenvolvimento escolar integram específicas tarefas entre os imensos

desafios presentes na conjuntura educacional brasileira. Ainda assim, observa-se o alcance desses programas em estratos vulnerabilizados da sociedade, marcados por severas assimetrias que se consubstanciam, principalmente nas dinâmicas de classe, raça e etnia. Nesse sentido, destaca-se o atendimento de estudantes e escolas em áreas rurais e seus respectivos grupos; comunidades tradicionais, povos originários, povos da floresta e populações do campo.

Dessa forma, os programas atendem tanto às demandas específicas como às demandas básicas, como água e saneamento, medidas que viabilizam práticas de acessibilidade e democratização do acesso à internet, todas, no ambiente escolar. Ações necessárias frente às desigualdades econômicas-administrativas dos entes que, por vezes, refletem uma realidade de violação de direitos básicos.

O estudo demonstrou, ainda, que a gestão descentralizada dos programas de manutenção escolar exigem o contínuo desenvolvimento de soluções formativas, tecnológicas e estratégicas, bem como análises de dados e pesquisas de monitoramento e avaliação. Procedimentos que possibilitam o acompanhamento, ampliação e aprimoramento dos programas e ações.

Certificou-se também a coordenação dos diversos atores que circundam os programas, como notado na articulação em rede dirigida por agentes locais, proporcionada de forma orgânica pelos CECAMPEs, elemento importante para a identificação e correção de fluxos e falhas que surgem nos processos de adesão, execução e prestação de contas dos programas.

CONCLUSÕES

A análise comparada dos CECAMPEs observou os contrastes e similaridades entre os processos de estruturação, organização, atuação e desenvolvimento dos trabalhos. Identificou-se a compatibilidade de ações e atividades executadas com a finalidade da proposta estabelecida no regime de parceria com o FNDE, bem como os resultados produzidos pelo acompanhamento da gestão descentralizada dos programas em estudo.

A pesquisa revelou que as atividades e ações desenvolvidas pelos CECAMPEs contribuíram para um melhor desempenho da gestão descentralizada dos programas educacionais, demonstrando, ainda, que os centros colaboradores tornaram-se importantes ferramentas para educação, principalmente por estarem localizados no âmbito da esfera pública.

Evidenciou-se um elevado grau de alinhamento das atuações e produtos com as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo FNDE e pelo regime de parceria. A expertise das universidades federais, juntamente com o compromisso com a educação pública, catalisou a autonomia didático-científica, apoiada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal autonomia permitiu a adaptação eficaz aos contextos locais, refletindo na reconfiguração de cronogramas, abordagens pedagógicas e alinhamentos estratégicos, visando ao atendimento das necessidades e demandas específicas das comunidades locais.

Por outro lado, os desafios enfrentados pelos CECAMPEs ressaltaram a complexidade da assistência técnica no território nacional, especialmente no que tange ao acesso e à inclusão de escolas situadas em áreas rurais isoladas. A dificuldade de comunicação, marcada pela necessidade de atualização dos bancos de dados de contatos das unidades escolares, junto à baixa infraestrutura de algumas regiões, revelou-se como um obstáculo significativo à capacitação e à assistência técnica.

Conclui-se que a política de descentralização de recursos para educação básica torna-se importante diante a possibilidade de suplementar a oferta educacional nos estados, municípios e também diretamente às escolas, a respeito dos programas educacionais de manutenção escolar operados pelo FNDE, demonstrados neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Lei 11.947, de 16 junho de 2009.

GOMES, Beatriz Miranda. **O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a gestão descentralizada dos programas de manutenção escolar: estudo comparado sobre os Centros Colaboradores das regiões Centro-Oeste e Norte**. 2023. 208 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GOMES, B. M.; MELO, A. A. de S. **Os Centros Colaboradores e a Gestão Descentralizada dos Programas de Manutenção Escolar da União**. REVISTA FOCO, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n6-162.